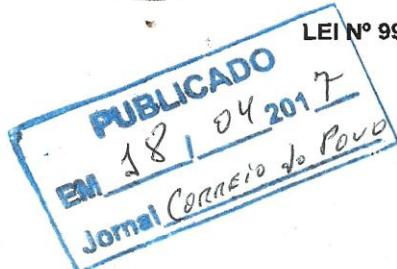




Prefeitura do Município de Cantagalo
ESTADO PARANÁ

CNPJ 78.279.981/0001-45
Rua Cinderela, 379 - Centro - CEP: 85160-000 - Fone: 42 3636-1185

LEI Nº 993 de 06 de Abril de 2017.



Súmula: Institui o Programa de Recuperação Fiscal (+CIDADÃO) e dá outras providências.

Faço saber que a Câmara Municipal de Cantagalo, Estado do Paraná, aprovou, e eu, Prefeito, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituído o Programa de Recuperação Fiscal do Município de Cantagalo (+ CIDADÃO), destinado a promover a regularização de créditos do Município relativos a Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria, com vencimento até 31 de dezembro de 2016, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou a ajuizar, com exigibilidade suspensa ou não. Assegurando tratamento jurídico diferenciado, simplificado e favorecido às microempresas, às empresas de pequeno porte e às pessoas físicas, inclusive a prestação de serviços sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte e também, autônomos, como forma de incrementar o ingresso de receitas municipais.

§1º - O Programa (+ CIDADÃO) será administrado pelo Departamento de Tributação, ouvido o Departamento Jurídico, sempre que necessário.

§ 2º - Para efeito desta lei são micro e pequenas empresas somente aquelas previstas na lei complementar nº 123/06 e 127/07, sendo que, poderão optar pelo REFIS as empresas excluídas do Simples Nacional por não preencherem as exigências da Lei Complementar 123 e 127 em tempo hábil.

§ 3º - O Departamento de Tributação deverá realizar ampla divulgação do Programa (+CIDADÃO), por todos os meios e veículos de comunicação possíveis e disponíveis no município, objetivando auferir o melhor desempenho financeiro a administração municipal com a presente Lei.

Art. 2º - O ingresso no Programa (+ CIDADÃO) possibilitará regime especial de consolidação e parcelamento dos débitos fiscais a que se refere o Artigo 1º, na forma definida na Tabela abaixo:



Prefeitura do Município de Cantagalo
ESTADO PARANÁ

CNPJ 78.279.981/0001-45
Rua Cinderela, 379 - Centro - CEP: 85160-000 - Fone: 42 3636-1185

PERCENTUAL DE DESCONTO

Forma de pagamento	Juros	Multa
Em até 06 parcelas	100%	100%

§1º - O Valor mínimo da parcela será de R\$ 50,00 (cinquenta reais).

§2º - Os contribuintes com débitos tributários já parcelados, em Refis anteriores, poderão aderir ao (+ CIDADÃO).

§3º - A primeira parcela deverá ser paga no ato do parcelamento.

§4º - A opção pelo (+ CIDADÃO) importa na manutenção das garantias e penhoras decorrentes de medida cautelar fiscal e das garantias prestadas nas ações de execução fiscal.

§5º - O atraso no pagamento de qualquer parcela importará no acréscimo de correção monetária e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração e multa de 2% (dois por cento).

Art. 3º - A adesão ao Programa (+ CIDADÃO) implica:

- I) Na confissão irrevogável e irretratável dos débitos fiscais;
- II) Na expressa renúncia a qualquer defesa ou recurso administrativo ou judicial, bem como desistência dos já interpostos, relativamente a matéria cujo respectivo débito queira parcelar, bem como renúncia ao direito em que se fundam;
- III) Na ciência a cerca dos executivos fiscais e respectivos valores, nas hipóteses de ações de execução fiscal pendentes;
- IV) Aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas;
- V) Parcelamento da totalidade das obrigações tributárias lançadas em nome do optante, vencidas até 31 de dezembro de 2016.

Art. 4º - O requerimento de adesão deverá ser apresentado:

- I) Através de formulário próprio a ser emitido pelo Departamento de Tributação;
- II) Distinto para cada tributo, com discriminação dos respectivos valores e número das ações executivas, quando existentes;
- III) Assinado pelo devedor ou seu representante legal com poderes especiais; e
- IV) Instruído com:
 - a) Cópia do Contrato Social ou Estatuto, com as respectivas alterações que permitam identificar os responsáveis pela gestão da empresa;
 - b) Instrumento de mandato com poderes específicos.



Prefeitura do Município de Cantagalo

ESTADO PARANÁ

CNPJ 78.279.981/0001-45
Rua Cinderela, 379 - Centro - CEP: 85160-000 - Fone: 42 3636-1185

Art. 5º - Constitui causa para exclusão do contribuinte do Programa (+ CIDADÃO), com a consequente revogação do parcelamento:

- I) O atraso no pagamento de três parcelas consecutivas, relativas aos tributos abrangidos pelo Programa;
- II) O descumprimento dos termos da presente Lei ou de qualquer intimação ou notificação efetuada no interesse de seu cumprimento;
- III) A decretação da falência do sujeito passivo, quando pessoa jurídica;
- IV) A cisão, fusão, incorporação ou transformação da pessoa jurídica, exceto se a nova sociedade ou a incorporadora permanecerem estabelecidas no Município e assumirem a responsabilidade solidária ou não do Programa;
- V) A prática de qualquer ato ou procedimento tendente a omitir informações, a dirimir ou subtrair receita do contribuinte optante.

Parágrafo único: A exclusão das pessoas físicas e jurídicas do Programa de Recuperação Fiscal Municipal (+ CIDADÃO), implicará na exigibilidade imediata da totalidade do crédito confessado ainda não pago e, se for o caso, automática execução do débito ou continuidade da dívida já ajuizada, restabelecendo-se, em relação ao montante não pago, os acréscimos legais na forma da legislação aplicável a época da ocorrência dos respectivos fatos geradores.

Art. 6º - O prazo para adesão ao (+ CIDADÃO) encerra-se no dia 10/12/2017.

Art. 7º - O (+ CIDADÃO) não alcança débitos relativos ao Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis – I.T.B.I.

Art. 8º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a receber em dação de pagamento, exclusivamente bens imóveis no Município de Cantagalo.

§1º - A avaliação dos imóveis dados em pagamento deverá ser efetuada pela Secretaria de Administração e Finanças e Departamento de Tributação.

§2º - Na hipótese da avaliação do imóvel ser inferior ao crédito tributário, sendo de interesse estratégico ao executivo municipal, a dação poderá ser aceita, desde que o Requerente realize a adesão ao Programa (+ CIDADÃO) efetuando o pagamento do saldo em aberto em cota única ou por meio do parcelamento previsto no Art. 2º da presente Lei.

§3º - Na hipótese da avaliação do imóvel ser superior ao crédito tributário, com a devida concordância do devedor, a dação poderá ser aceita, sem que lhe seja devida qualquer restituição compensatória.

§4º - Não havendo interesse para gestão pública municipal na manutenção dos imóveis recebidos em dação de pagamento por esta Lei, os mesmos poderão ser alienados, desde que precedido de laudo de avaliação e far-



Prefeitura do Município de Cantagalo
ESTADO PARANÁ

CNPJ 78.279.981/0001-45
Rua Cidreiro, 379 - Centro - CEP: 85160-000 - Fone: 42 3636-1185

se-ão mediante os termos de lei específica, garantindo-se o envio de toda a documentação ao Poder Legislativo Municipal.

Art. 9º - O Poder Executivo Municipal poderá regulamentar a presente Lei através de decreto, para sua melhor aplicação.

Art. 10º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Cantagalo, 06 de abril de 2.017.


JAIR ROCHA DA SILVA
Prefeito Municipal

-aceSse

Prefeitura do Município de Catingá
SENUF - Sindicato dos Funcionários
 Rio Grande do Norte
 CEP 59300-000 - Catingá - RN
 Fone: (84) 3222-1000 / Fax: (84) 3222-1001

Lei nº 001 de 23 de março de 2017.

**BONIFÁCIO CONCEDE REVISÃO GERAL
 ANUAL, COMPARATIVA, VENCIMENTOS
 BÁSICO, DOS SERVIDORES PÚBLICOS
 MUNICIPAIS DE CANTINGÁ-
 RN E DETERMINA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

Fazendo saber que o Câmara Municipal de Catingá, Estado do Paraíba, autorizou, em seu Plenário, adesivando a seguinte lei:

Art. 1º - Fica concedida, por parte da revisão salarial anual criada decretos nº 100/2016 e nº 101/2016, os mesmos vencimentos báscicos das servidores da Câmara Municipal de Catingá/RN.

Art. 2º - O Órgão responsável ao art. 1º desta lei é o Poder Executivo do Município - Prefeitura Municipal de Catingá ou seu representante - Boticário, Conselheiro Tutelar e Estaduais, informando o prazo para revisão, de 2016 a revisão de 2017.

Art. 3º - O referido reajusta está amparado no inciso X do Anexo 37 da Constituição Federal.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de março de 2017, respeitando-se disposição de omissão.

Catingá, 23 de março de 2017.

[Assinatura]
ANTONIO DA SILVA
 Prefeito Municipal

Prefeitura do Município de Catingá
ESTADO RIO GRANDE DO NORTE
Processo Seletivo Simplificado nº 01/2015
para contratação temporária de servidores públicos
para o cargo de:
G) por 04 (seis) meses com 10 (dezesseis) horas diárias impagadas;
H) por 04 (seis) meses com 21 (vinte e um) ou 28 (vinte e oito) horas diárias impagadas;
I) por 10 (dez) meses com carga de 25 (vinte e cinco) horas diárias impagadas;
ANEXO I - As entidades interessadas devem enviar, anexamente o número de inscrição, a documentação exigida no artigo 1º, parágrafo único, da Lei nº 10.200/01, à Prefeitura Municipal de Catingá, para que a mesma informe sobre o uso de instrumento de seleção da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) para a realização da prova escrita, informando se é necessário devidamente preenchido, ou não, o campo “CNPJ” na carteira, e se é necessário ou não o documento de identificação de menoridade (DNI), ou o documento de identificação de menoridade (DNI) para a realização da prova escrita.
ANEXO II - Os candidatos devem encaminhar a Ficha de Requerimento da pessoa jurídica, mencionada no seu respectivo documento:
1- réplica do ato ou contrato de constituição da empresa ou suas alterações;
2- prova de existência de vínculo empregatício;
3- prova de direitos constitucionais;
4- intimação a constituir defesa;
5- prova de capacitação profissional;
6- bilhete de tributo da sua sede;
7- declaração de responsabilidade profissional;
ANEXO III - Projeto de regulamentação do funcionamento das pessoas jurídicas, que desejarem aderir ao processo seletivo, produzindo laudo estrutural, projeto de funcionamento interno, e termos, prazos, práticas e regras a serem observadas;
V- projeto de apresentação de verba e remuneração horar de despesas que terão que serem arcaúdias, caso não iniciada;

The logo of the Prefeitura do Município de Cantagalo, Estado da Paraíba, featuring a crest with a lion and a sword, surrounded by the text "PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANTAGALO" and "ESTADO PARAÍBA".

193

Prefeitura do Município de Cantagalo
CEP 26140-000 - Rio das Ostras
GARIBOLDI, 127 - Centro - RJ - Fone/Fax: (22) 2746-1100
E-mail: pmcantagalo@bol.com.br

4.2.2 - O PRONADEC não tem objetivo para atração de investimentos industriais, sólidos ou não, e a sua finalidade é incentivar o desenvolvimento econômico, social e Industrial, poderá conceder incentivos destinados à instalação de novas indústrias, a transferência, ampliação ou criação de fábricas já existentes e ao crescimento das existentes indústria.

Art. 18 - As empresas que forem beneficiadas pelos incentivos do PROMIDEC, devem reservar, no mínimo, 10% (dez por cento) das vagas de trabalho no próximo ano.

Prefeitura do Município de Cantagalo
ESTADO PARANÁ

Art. 7º Este decreto permanece em vigor na vila de São Pedro do Sul, reiniciando as competências em conformidade.

<p>ART. 1º A parceria entre o Estado e o capº distrito deve ser garantida pelo Poder Executivo, de modo que seja respeitado o direito à autonomia.</p> <p>ART. 2º Conceder-se-á ao prefeito municipal o direito de nomear e nomear os que lhe tenham experiência profissional demonstrada em círculos de governo, comprovada por diplomas de prestação de serviços. Vendrá de resto, ressalva regras legais.</p> <p>Art. 3º São criadas em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.</p>
<p>Cataguases, 06 de abril de 2017.</p> <p style="text-align: right;">JANIR ROQUE DA SILVA Prefeito Municipal</p>
<p>PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO ESTADO DO PARANA CNPJ: 04.171.988/0001-01</p> <p style="font-size: small;">Cronograma para licenciamento Ano 2017/2018</p>
<p>PORTRARIA N° 024/2017 - RH</p> <p>O Prefeito de Município de Cataguases, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o Estatuto dos Servidores Municipais, nº 3.º da Lei nº 9.706/98, mediante despacho direto ao Poder Executivo, autoriza:</p> <p>MARIA GOMES DA SILVA, Assessora Administrativa, Diretora de Administração. O qual é de proveniente efetivo desde o presente.</p> <p>Art. 1º Esta Portaria vigora na data de seu constado, respeitada as regras de contratação.</p> <p>Art. 2º - Política e segurança.</p> <p>Gabinete do Prefeito Municipal de Cataguases, 17 de Abril de 2017.</p> <p style="text-align: right;">Janir R. da Silva Prefeito Municipal</p>
<p>PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO ESTADO DO PARANA CNPJ: 04.171.988/0001-01</p> <p style="font-size: small;">Cronograma para licenciamento Ano 2017/2018</p>
<p>PORTRARIA N° 025/2017-RH</p> <p>O Prefeito de Município de Cataguases, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o Estatuto dos Servidores Municipais,</p> <p>RESOLVE</p> <p>Art. 1º - CONCEDER licença para Repouso e Gozo ao Sr. EDSON RODRIGUES DE SOUZA, da categoria GRADÉ WILCHUCKA, matrícula nº 12915. Professora de quarto ano, servidora da rede municipal de ensino.</p> <p>Art. 2º - O licenciado EDSON RODRIGUES DE SOUZA, permanecerá em férias de 16/04/2017 a 30/06/2017.</p> <p>Gabinete do Prefeito Municipal de Cataguases, 13 de Abril de 2017.</p>